

Governo anuncia medida provisória para flexibilizar lei de licitações em casos de calamidade

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai enviar uma medida provisória ao Congresso Nacional para flexibilizar a lei de licitações, de forma a facilitar contratações pelo poder público em momentos de calamidade pública.

O anúncio foi feito na sexta-feira (17) durante uma reunião virtual do presidente Lula e seus ministros com prefeitos do Rio Grande do Sul, estado que enfrenta uma calamidade climática, com fortes chuvas e enchentes que já causaram 154 mortes.

A mudança na lei de licitações foi anunciada pela ministra Esther Dweck (Gestão e da Inovação em Serviço Público), que argumentou que a medida tem o objetivo de dar

mais segurança jurídica aos gestores para tomarem decisões em momentos críticos.

“A gente vai enviar uma medida provisória para o Congresso para flexibilizar regras de contratação em situações como essa [do Rio Grande do Sul], e estamos fazendo de uma forma que não seja só para essa situação”, afirmou a ministra.

“Estamos propondo algo para outras situações semelhantes, que pode ser uma legislação perene no Brasil para situações de calamidade, como os senhores estão vivendo nesse momento, e que dê segurança aos gestores para atuar da forma mais célere possível”, completou.

A ministra acrescentou que a alteração vai flexibilizar regras de contratações

que contemplem contratos, obras e serviços de engenharia de uma forma mais ampla.

“Estamos aperfeiçoando o que foi pensado na pandemia para melhorar a legislação. Nossa ideia é simplificar e permitir que os senhores possam atuar com segurança jurídica quando forem tomar atos de gestão e enfrentar essa situação de forma muito célere”, acrescentou.

O Rio Grande do Sul vem sendo atingido há mais de duas semanas por uma calamidade climática, que deixou centenas de municípios inundados e um total de 154 mortos.

Durante a sua breve fala, o presidente Lula disse que é necessário estabelecer com os prefeitos uma “relação muito fiel, honesta e verdadeira”.

Renato Machado/Folhapress



Economia



Impacto fiscal de medidas de apoio ao RS está em R\$ 13,4 bilhões e ainda deve aumentar

Página - 03

Taxa de desemprego fica em 7,9%; índice é o menor em 10 anos

Página - 03



Taxas sobem com fala de Campos Neto e avanço no rendimento dos Treasuries

Página - 05

Ibovespa cai 0,10%, aos 128,1 mil pontos, mas avança 0,43% na semana

Página - 05

Política

Lula antecipa R\$ 192 milhões para municípios do RS vai fundo de participação

Página - 05

Aproximação de Lula e Lira pavimenta aliança para sucessão na Câmara

Página - 05



No Mundo

Putin descarta tomar 2ª maior cidade da Ucrânia agora



O presidente da Rússia, Vladimir Putin, disse nesta sexta (17) que suas forças querem estabelecer uma zona tampão no norte da região ucraniana de Kharkiv para proteger a população do sul de seu país, e não tomar “neste momento” a capital regional homônima, segunda maior cidade ucraniana. A frase, de inusual candura quando o assunto são os planos militares da invasão russa, foi dita em uma entrevista coletiva em Harbin, cidade chinesa que visita a convite de Xi Jinping, seu principal aliado.

Há uma semana, os russos lançaram uma ofensiva surpresa pela fronteira norte

de Kharkiv, tomando diversas cidades no que é o avanço mais rápido de Putin na guerra desde os primeiros movimentos do conflito, entre fevereiro e março de 2022.

Quando foi reeleito para um quinto mandato, em fevereiro deste ano, o presidente havia prometido criar uma zona ampliando a separação entre os mísseis e artilharia de Kiev no norte do país e regiões como Belgorodo, cuja capital regional passou a ser objeto diário de ataques.

“Isso também é erro deles [ucranianos], porque eles bombardearam e, infelizmente, continuam bombardeando regiões residenciais na região de fronteira, incluindo Bel-

gorodo”, afirmou o russo.

“Civis estão morrendo lá. É óbvio. Eles estão atirando diretamente contra o centro da cidade. E eu disse publicamente que, se isso continuasse, seríamos forçados a criar uma zona de segurança, uma zona tampão. É isso que estamos fazendo”, afirmou, sem ser questionado acerca dos mísseis russos que atingem civis no vizinho. Quando um repórter perguntou então se não tentaria tomar a capital de 1,3 milhão de habitantes, um alvo militar considerado muito difícil de ser conquistado com as forças disponíveis, afirmou: “Acerca de Kharkiv, não há tais planos no momento”.

Igor Gielow/Folhapress

Pressionada, Ucrânia ataca porto russo e alvos na Crimeia



Sofrendo a pior ofensiva russa desde que Vladimir Putin invadiu o país em 2022, a Ucrânia buscou mostrar reação na sexta (17) ao promover um mega-ataque com drones contra o principal porto de exportação de petróleo russo, no mar Negro, e alvos na Crimeia.

Desde a sexta passada (10), forças russas avançam em uma nova frente em Kharkiv (norte), expondo os adversários a dificuldades diversas, a começar pela falta de pessoal e equipamentos. Ao menos 12 cidades foram tomadas, ainda que Putin tenha dito que não pretende conquistar a

Há uma guerra trágica em Gaza, mas não genocídio, diz Israel à Corte Internacional

Há uma “guerra trágica” na Faixa de Gaza, mas não um genocídio, e acusar Israel desse crime é uma leitura distorcida do direito internacional, afirmou Tel Aviv à Corte Internacional de Justiça (CIJ), na sexta-feira (17).

Israel voltou ao máximo órgão jurídico das Nações Unidas para se defender das afirmações da África do Sul, na véspera. Juízes da corte estudam a acusação de que Tel Aviv esteja violando a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, de 1948.

“Há uma guerra trágica em curso, mas não há genocídio”, afirmou diante dos juízes o principal advogado de Israel, Gilad Noam. “Explorando a convenção de genocídio, a África do Sul está sugerindo uma leitura distorcida do direito internacional, segundo a qual qualquer conflito pode ser levado a esta corte.”

A audiência é um desdobramento de uma denúncia de janeiro dos sul-africanos. Na

audiência inaugural do caso, no início daquele mês, o país solicitou a suspensão imediata das operações israelenses na faixa e o fim do “assassinato” e deslocamento da população palestina.

Na ocasião, a CIJ determinou que Israel deveria fazer tudo o que fosse possível para evitar atos de genocídio e permitir o acesso à ajuda humanitária em Gaza. O tribunal, porém, não classificou de genocídio a operação israelense nem ordenou um cessar-fogo, como exigia a África do Sul. As decisões do tribunal são legalmente vinculantes, mas o órgão não dispõe de meios para aplicá-las.

Noam afirmou nesta sexta que a África do Sul apresenta ao tribunal “uma imagem que está completamente divorciada dos fatos e circunstâncias” e “zomba da acusação hedionda de genocídio” em uma “exploração obscena da convenção mais sagrada” da ONU, acordada após o Holocausto dos judeus europeus na Segunda Guerra Mundial.

Folhapress

capital regional homônima.

Na sexta, o chefe militar ucraniano, Oleksandr Sirskii, escreveu no Telegram que “haverá batalhas pesadas”.

O alcance da ação de Kiev, que envolveu mais de cem drones, ainda não está totalmente mensurado, mas canais de Telegram russos afirmam que há incêndios em diversos depósitos de petróleo no porto de Novorossisk e região.

Não é um ataque casual. Novorossisk é o terminal de maior capacidade da Rússia, ao lado de Primorsk, no mar Báltico, mas de uso muito mais intenso ele tem quase toda a capacidade, de 1,5 milhão de barris de óleo por dia. Cerca de 2% do produto no mundo, incluindo 80% daque-

le que é exportado pelo Cazaquistão, passam pelo local.

No ano passado, quando começou sua campanha com drones aquáticos no mar Negro, Kiev chegou a atingir um navio que estava no porto, mas a situação não escalou. Nunca antes drones ucranianos haviam atingido Novorossisk em quantidade.

A venda de petróleo e gás é o esteio da economia russa, e a perda dos mercados europeus devido às sanções ocidentais decorrentes da guerra levou a produção a ser redirecionada. Hoje, China e Índia são grandes consumidoras de hidrocarbonetos com desconto russos, e o Brasil virou um dos maiores clientes do diesel de Putin.

Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Impacto fiscal de medidas de apoio ao RS está em R\$ 13,4 bilhões e ainda deve aumentar



A primeira leva de medidas emergenciais anunciadas pelo governo federal nas últimas semanas para apoiar o Rio Grande do Sul representa um gasto primário de pelo menos R\$ 13,4 bilhões, segundo o Ministério da Fazenda, número que deverá subir após a efetivação de iniciativas que ainda não foram detalhadas e a edição de novas ações de socorro.

Depois do desastre provocado pelas fortes chuvas que atingiram o estado, o governo federal e o Congresso reconheceram estado de calamidade na região, abrindo caminho para a liberação de verbas para ações de resgate, auxílio social e reconstrução sem afetar a meta de resulta-

do primário para o ano ou o limite de gastos imposto pelo arcabouço fiscal.

De acordo com o Ministério da Fazenda, o desembolso formalizado até o momento diz respeito à medida provisória que abriu R\$ 12,2 bilhões em crédito extraordinário para uma série de ações.

Dentro desse valor previsto na MP, estão, por exemplo, cerca de R\$ 7 bilhões que serão usados para dar garantia em financiamentos e reduzir juros.

Outros R\$ 500 milhões serão destinados ao pagamento de parcelas adicionais de seguro desemprego a pessoas atingidas pela catástrofe.

O montante também inclui ações de assistência social, segurança alimentar,

saúde, educação e outras ações emergenciais.

Também é parte da medida R\$ 516 milhões para importação de arroz com o objetivo de evitar alta nos preços, já que o Rio Grande do Sul é o principal produtor do grão no país.

Iniciativa adicional anunciada pelo governo é o pagamento de R\$ 5.100, em parcela única, para 240 mil famílias afetadas pela tragédia, a um custo estimado de R\$ 1,2 bilhão. Com isso o impacto primário das medidas já anunciadas chegará a R\$ 13,4 bilhões.

De acordo com a Fazenda, no entanto, ainda não houve abertura de crédito para essa ação específica do pagamento às famílias. CNN

Sem reforma da Previdência, Brasil produzirá algo que fará Bolsonaro parecer sensato, diz economista

Com um novo livro na praça, o economista Fabio Giambiagi, 62, afirma que a Previdência Social no Brasil ruma à falência. “A Reforma Inacabada - O Futuro da Previdência Social no Brasil” (Alta Books), escrito com Paulo Tafner, diretor-presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, é um manual de reformas necessárias para tirar o sistema da insolvência.

“Setenta anos de negligência fiscal, paternalismo estatal e déficit público na Argentina produziram Javier Milei, e hoje na Argentina todos os aposentados --inclusive quem ganha o mínimo-- estão tendo perdas reais de remuneração de 25% ou 30%, o que é socialmente selvagem”, afirma Giambiagi, filho de argentinos.

Segundo ele, o Brasil pre-

cisa enfrentar o problema previdenciário o quanto antes. Ele faz um alerta ao governo Lula (PT): “Está na hora de quem se diz comprometido com as forças populares perceber que ou esse segmento ideológico se moderniza e prepara o país para os desafios do futuro ou o Brasil cedo ou tarde produzirá uma versão local de Milei que fará Jair Bolsonaro parecer um político equilibrado, prudente e sensato”.

No conjunto, os autores estimam um efeito no fluxo da ordem de 1,5% do PIB de redução do déficit previdenciário em 2050 em relação ao que se verificaria sem reformas. “Isso nos deixaria, daqui a duas décadas e meia, com um déficit praticamente igual ao atual. Seria uma grande conquista, à luz das tendências demográficas, que jogam contra o equilíbrio”, diz Giambiagi. Fernando Cancian/Folhapress



Taxa de desemprego fica em 7,9%; índice é o menor em 10 anos



A taxa de desemprego do país no primeiro trimestre de 2024 foi de 7,9%, uma queda de 0,9 ponto percentual na comparação com o mesmo trimestre de 2023 (8,8%), segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada sexta (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa é a mais baixa da série histórica do primeiro trimestre em 10 anos - até então, o menor índice tinha sido registrado no primeiro trimestre de 2014, com 7,2%.

Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, a taxa de desocupação caiu em 21 estados e no DF. As unidades da federação

que registraram menor nível de desocupados foram: Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Goiás e DF.

O crescimento na desocupação foi registrado em quatro estados: Rondônia (3,2% a 3,7%), Roraima (6,8% a 7,6%), Rio Grande do Sul (de 5,4% a 5,8%) e Mato Grosso do Sul (4,8% a 5%). Em Santa Catarina, a taxa se manteve estável em 3,8%.

“A trajetória de queda anual, que já vem sendo observada em outros trimestres, se manteve”, analisa Adriana Beringuy, coordenadora de

pesquisas por amostras de domicílios do IBGE, em nota.

No primeiro trimestre de 2024, havia 1,9 milhão de pessoas que procuravam trabalho durante dois anos ou mais. Esse contingente se reduziu em 14,5% frente ao primeiro trimestre de 2023, quando 2,2 milhões de pessoas buscavam trabalho por dois anos ou mais.

A pesquisa também revelou aumento no rendimento médio real mensal habitual que, no trimestre encerrado em março, foi de R\$ 3.123. No mesmo trimestre do ano passado, esse valor era R\$ 3.004.

As taxas de desocupação seguem maiores para mulheres, pessoas pretas e pardas e aquelas com o ensino médio incompleto. ABR

Política

Lula antecipa R\$ 192 milhões para municípios do RS vai fundo de participação



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou na sexta-feira (17) a antecipação de R\$ 192 milhões de parcela do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) para os municípios gaúchos declarados em situação de calamidade.

O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) informou que uma medida provisória será encaminhada ao Congresso Nacional e que a previsão é que esse pagamento aconteça até o final da próxima semana.

“Esse mês de maio esses municípios vão receber recursos duplo do Fundo de Participação dos Municípios, isso independente dos demais recursos da saúde, assistência

social, defesa civil, das emendas parlamentares”, afirmou Padilha.

Os anúncios foram feitos durante uma reunião virtual do presidente Lula e ministros com prefeitos de municípios gaúchos, para tratar das ações de enfrentamento à calamidade climática que atinge o estado. O evento foi transmitido pelas redes oficiais da Presidência da República.

Durante a sua breve fala, o presidente Lula disse que é necessário estabelecer com os prefeitos uma “relação muito fiel, honesta e verdadeira”.

O Rio Grande do Sul vem sendo atingido há mais de duas semanas por uma calamidade climática, que deixou centenas de municípios inundados e um total de 154 mortos.

O presidente visitou o estado três vezes, sendo a última delas na quarta-feira (15) quando viajou a São Leopoldo para o anúncio de medidas para a população afetada pelas enchentes.

O petista anunciou o programa batizado vale reconstrução, que dará R\$ 5.100 a famílias atingidas para investir na compra de itens perdidos com as enchentes. Também afirmou que 21 mil novas famílias serão incluídas no Bolsa Família.

O Executivo federal afirmou que irá oferecer, como antecipou a Folha, domicílios a atingidos que se encaixarem nas faixas um e dois do Minha Casa, Minha Vida, que são voltadas a famílias de mais baixa renda.

Renato Machado/Folhapress

Aproximação de Lula e Lira pavimenta aliança para sucessão na Câmara

A aproximação recente protagonizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Arthur Lira (PP-AL) criou as condições para uma escolha conjunta do candidato que irá suceder o presidente da Câmara, na avaliação de fontes próximas a ambos ouvidas pelo blog. Lula e Lira já trataram pessoalmente do assunto. Mas concordaram em deixar a articulação em banho-maria, até que se tenha um quadro mais claro sobre a disputa.

Em uma dessas conversas, ocorrida em fevereiro, Lira deixou claro que está aberto à ideia de escolher um candidato comum. O presidente da Câmara respondia ao fato de Lula dizer que respeitava a prerrogativa do deputado de indicar seu sucessor, embora ele próprio pudesse optar

apoiar um nome diferente.

Foi Lira quem interrompeu o presidente e avisou que não vê motivos para que a escolha não se dê de maneira conjunta. Que poderia, por exemplo, apresentar mais adiante os nomes de sua preferência a Lula, para garantir a “governabilidade”.

Embora Elmar Nascimento seja apontado nos bastidores como favorito de Lira para a cadeira, o presidente da Câmara tem dito a pessoas próximas que decidirá seu apoio conforme o cenário político.

Lira, diz uma fonte próxima do presidente da Câmara, é um “político”. E vem deixando claro nas conversas reservadas que não irá “se jogar no precipício à toa”. Ainda segundo essa fonte, Lira só sacramentará o apoio a quem conseguir se viabilizar. CNN



Cláudio Castro enfrenta julgamento de cassação em crise com vice e ameaçado por CPI



O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), enfrentou na sexta-feira (17) o início do julgamento de cassação de seu mandato ao mesmo tempo em que enfrenta uma CPI aberta por sua própria base na Assembleia Legislativa e a crise com seu vice, Thiago Pampolha (MDB).

Castro estará em missão oficial nos Estados Unidos no momento da sessão do TRE em que os processos serão analisados. O julgamento pode não ser concluído nesta sexta, já que há possibilidade de pedido de vista (mais tempo para análise) de 1 dos 7 desembargadores.

O governador é acusado de ter participado da montagem de um esquema para criar 27 mil cargos fantas-

mas para alocar apadrinhados políticos às vésperas da campanha, driblando regras administrativas e eleitorais. O “estratagema”, segundo a Procuradoria Eleitoral, incluía o uso de funcionários fantasmas e de dinheiro vivo.

O chamado escândalo da “folha secreta de pagamento” foi revelado pelo portal UOL em junho de 2022.

Em nota, o governador afirmou que extinguiu os projetos após os relatos de irregularidades e que “não foram apresentados nos autos do processo elementos novos que sustentem as denúncias”.

O julgamento ocorre num momento de fragilidade política do governador, que viu a própria base instaurar uma CPI apelidada como “Fim do Mundo” na Assembleia Legislativa.

A comissão foi criada para investigar a falta de transparência do governo estadual. O foco amplo torna qualquer pasta passível de convocação e questionamento. Na primeira reunião do colegiado, na terça-feira (14), a CPI aprovou o envio de ofícios para Rodrigo Abel, chefe de gabinete do governador.

“É uma CPI ampla. A falta de transparência pode acontecer em qualquer secretaria do estado. Temos o poder de convocar, pedir informações a todas as secretarias. Como a imprensa já noticiou, é a CPI do Fim do Mundo”, disse o vice-presidente Filipe Poubel (PL).

O presidente da comissão, deputado Alan Lopes (PL), afirma que “não é uma CPI contra o governo, mas a favor do povo”. Ítalo Nogueira/Folhapress

Taxas sobem com fala de Campos Neto e avanço no rendimento dos Treasuries



Os juros futuros fecharam em alta na sessão desta sexta-feira, 17, mais acentuada na ponta longa, descolados da melhora do câmbio e alinhados à abertura da curva americana. A entrevista do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ao Broadcast/Estadão (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) contribuiu para pressionar as taxas, dada a leitura de que as declarações reforçaram a ideia de aumento do risco de o Copom parar de reduzir a Selic em junho ou ao menos fazer uma pausa no ciclo de quedas. Analistas destacam ainda um movimento de antecipação de eventual piora nas variáveis da próxima pesquisa Focus.

Na semana, todas as taxas subiram, mas as curtas em maior magnitude, o que representou perda de inclinação.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,375%, de 10,352% quinta no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026, em 10,67%, de 10,56% ontem no ajuste. A do DI para janeiro de 2027 rompia os 11%, fechando aos 11,02%, de 10,88% ontem. O DI para janeiro de 2029 tinha taxa de 11,50% (de 11,37%).

O comportamento das taxas tem elementos externos e internos de busca de proteção do investidor contra o risco prefixado. No Brasil, há crescimento do ceticismo quanto à continuidade dos cortes da

Selic, com a curva nesta tarde precificando apenas 25% de chance de queda de 25 pontos-base na taxa no Copom de junho, contra 75% de probabilidade de manutenção. Para o fim de 2024, a curva projetava taxa de 10,55%, ou seja, até um pouco acima do nível atual de 10,50%.

O economista-chefe da Nova Futura Investimentos, Nicolas Borsoi, afirma que o ambiente da política monetária ficou muito conturbado após o Copom e as tentativas do Banco Central de corrigir os ruídos de comunicação gerados pela divergência dos votos, o que favorece posições de cautela. “A discussão agora é se o ciclo terminou ou vamos ter mais uma redução”, disse.

Dólar cai para R\$ 5,10 com China e Campos Neto no radar

O dólar à vista emendou o segundo pregão consecutivo de queda na sessão desta sexta-feira, 17, e fechou na linha de R\$ 5,10, nos menores níveis em cerca de dez dias. Anúncio de estímulos imobiliários na China e nova alta do minério de ferro deram fôlego a divisas emergentes, apesar do avanço das taxas dos Treasuries.

A perspectiva de fim iminente do ciclo de cortes da taxa Selic também contribuiu para que o real se recupere das perdas recentes, em meio aos ruídos políticos com o dissenso na decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) e a troca de comando na Petrobras.

Em entrevista exclusiva ao Broadcast/Estadão (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que o debate no comitê é técnico. Ao ser indagado sobre novos cortes da taxa Selic, ele argumentou que é necessário “tempo, serenidade e calma” para avaliar as variáveis que vão ditar o comportamento da política monetária.

A manutenção de uma taxa real elevada e o fim da corrosão do diferencial entre juros interno e externo – com possibilidade de Selic estacionada em dois dígitos e eventual corte de juros nos EUA em setembro – tendem a dar certo suporte à moeda brasileira.

Afora uma alta pontual e contida na abertura dos negócios, a moeda americana operou em baixa ao longo do restante da sessão. Com mínima a R\$ 5,1010, à tarde, o dólar à vista encerrou o pregão em baixa de 0,55%, cotado a R\$ 5,1020. A divisa encerra a semana com perdas de 1,09%, o que leva a desvalorização no mês a 1,74%. “O real ficou para trás em relação aos pares emergentes nas últimas semanas por conta das notícias políticas, como a troca de presidência na Petrobras, mas agora está se recuperando. Hoje, tem um desempenho muito parecido com o do peso mexicano”, afirma o diretor de investimentos da Alphatree Capital, Rodrigo Jolig, ressaltando que a postura mais dura do Copom, reforçada na ata e em declarações de Campos Neto, favorece a moeda brasileira.

IstoÉDinheiro



Ibovespa cai 0,10%, aos 128,1 mil pontos, mas avança 0,43% na semana



O Ibovespa teve mais um dia de variação contida, de menos de 800 pontos entre a mínima (127.696,11) e a máxima (128.463,70) da sessão desta sexta, 17, na qual iniciou aos 128.279,80 pontos. Ao fim, o índice lutou para preservar a linha dos 128 mil pontos e conseguiu fechar aos 128.150,71, em baixa de 0,10%, com giro a R\$ 24,0 bilhões em dia de vencimento de opções sobre ações. Na semana, avançou 0,43%, vindo de perda de 0,71% no intervalo anterior. No mês, sobe 1,77% e, no ano, cai 4,50%.

Como nas duas sessões anteriores, o Ibovespa foi contido pela correção em Petrobras, que hoje caiu 1,83% na ON e 1,66% na PN, após retrações da ordem de 2% quinta e de 6%, quarta, em

ambos os papéis. “Em dia de vencimento de opções sobre ações, como hoje, a expectativa era mesmo por um volume considerável de exercício de puts, opções de venda, em virtude da queda abrupta nesses papéis”, diz Raony Rossetti, CEO da Melder, referindo-se ao direito de exercício de venda das ações a preço predeterminado, no caso, acima do de mercado à vista no momento.

“Mercado ainda muito pressionado pela correção nas ações da Petrobras, mesmo com a queda que se vê no dólar hoje cotado a R\$ 5,1020, em baixa de 0,55% no fechamento”, aponta também Paulo Luives, especialista da Valor Investimentos, destacando ainda o relativo esvaziamento da agenda em direção ao fechamento da semana, desde

que se conheceu a inflação ao consumidor nos Estados Unidos em abril, na quarta-feira: um dado favorável ao apetite por risco, mas conhecido no dia seguinte à noite em que se soube da demissão de Jean Paul Prates e da futura chegada de Magda Chambriard ao comando da estatal.

“Apesar de ter sido uma semana de bastante emoção, acabou sendo positiva para o Ibovespa, mesmo com Petrobras acumulando perda em torno de 12% no intervalo. Dados de produção da China muito fortes, mais o anúncio de pacote agressivo para o setor imobiliário, contribuíram para sustentar o apetite por ações de commodities”, observa Rodrigo Moliterno, head de renda variável da Vedha Investimentos.

IstoÉDinheiro



Constran Internacional Construções S.A.

CNPJ/ME nº 32.239.244/0001-18

Balancos Patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 - (Em Milhares de Reais)				Demonstrações dos Resultados Exercícios Ffindos em 31/12/2023 e 2022 - (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante		131.037	136.468	Circulante		9.678	8.624
Caixa e equivalentes de caixa	3.b	2.834	5.044	Fornecedores		3.232	3.263
Clientes	3.c-4	10.869	14.522	Salários, impostos e contruições a recolher	8	2.478	2.976
Estoques	3.d	1.812	1.355	Provisão de férias e encargos		1.147	891
Impostos a compensar		389	88	Parcelamento de tributos	9	1.046	667
Créditos e valores	5	109.812	113.886	Outras obrigações		1.775	827
Conta corrente consórcios	10	4.337	-	Exigível a longo prazo		6.926	11.292
Outros créditos		984	1.573	Partes relacionadas	11	-	7.518
Não circulante		42.710	31.382	Conta corrente consórcio	10	3.230	1.933
Realizável a longo prazo		338.293	331.067	Parcelamento de tributos	9	1.764	1.841
Depósitos e garantias		27	6	Outras contas a pagar		1.932	-
IRPJ/CSLL Diferido	16	8.804	-	Patrimônio líquido	12	-	-
Partes relacionadas	11	33.879	31.376	Capital social		457.669	453.007
Imobilizado	3.e-6	32.629	36.731	Prejuízos acumulados		(4.943)	(5.388)
Intangível	3.f-7	262.954	262.954	Total do passivo e patrimônio líquido		469.330	467.535
Total do ativo		469.330	467.535				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras em 31/12/2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

1-Contexto Operacional-Constituída em 10 de outubro de 2018, como subsidiária integral da Constran S.A. - Construções e Comércio - Em Recuperação Judicial, a Companhia tem por principais objetivos as atividades da construção civil pesada, entre as quais usinas e barragens, metrôvias e ferrovias, portos, canais, reificação de rios e aprofundamento de suas calhas, aeroportos, rodovias, pontes e viadutos, sistemas viários urbanos, edificações, saneamento, dutos e linhas de transmissão, podendo participar ainda de consórcios com outras empresas, cujas atividades estão relacionadas ao seu objeto social.

2-Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras-2.1. **Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)**-As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e pronunciamentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. 2.2. **Estimativas contábeis**-A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. 2.3. **Elaboração**-Em 2023 e 2022, a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. Em 02 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações financeiras e autorizou a sua divulgação.

3-Resumo das Principais Práticas Contábeis-As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são: **a. Ativo e passivo circulante e não circulante**-Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas, quando aplicáveis. Aos ativos realizáveis e às obrigações com vencimentos após 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são consideradas como não circulantes. **b. Caixa e equivalentes de caixa**-Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, as aplicações financeiras normalmente se qualificam como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação e as características quanto ao risco e remuneração são similares. **c. Contas a receber de clientes**-As contas a receber de clientes está apresentada ao valor contábil dos serviços já faturados e os direitos de serviços a faturar, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constitui provisões para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização, quando necessário. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **d. Estoques**-Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do Custo Médio de aquisição e inclui gastos incorridos pela aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **e. Imobilizado** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (Impairment) acumuladas. Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. A depreciação é realizada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, ao final de cada exercício. **f. Intangível** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O saldo do ativo intangível está composto pelo valor do Acervo Técnico correspondente aos Certificados de Atestado Técnico. **g. Apuração do resultado** É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **h. Apuração e apropriação do resultado das obras** Os custos e receitas dos contratos de construção (curto e longo prazo) têm suas receitas reconhecidas com base no seu andamento (completude), juntamente com seus custos incorridos, e são reconhecidos no resultado do exercício. O Grupo reflete no passivo circulante apenas os adiantamentos e valores recebidos de clientes aplicáveis a esforços a serem executados em períodos futuros. As receitas dos contratos compreendem os valores iniciais acordados no contrato, acrescidos de variações decorrentes de solicitações adicionais (aditivos efetuados nos contratos) e ajustes de preços. São observados os procedimentos e normas estabelecidas pelo CPC 47. 2.4. 1. **Reconhecimento da receita**-O reconhecimento da receita é realizado: (i) para os contratos por preço global ou unitário o estágio de execução (stage of completion) do contrato, usualmente denominado como método da porcentagem completada (por esse método, a receita contratual é reconhecida com base na evolução física do trabalho contratado. Esse método proporciona informação útil sobre a extensão da atividade e do desempenho contratual, ao longo do período); e (ii) para os contratos por permanência de recursos para execução de obras, pela medição dos serviços prestados. **Receita financeira**- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é **Reconhecimento dos consórcios**-De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e, consequentemente, tem

seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio. **J. Imposto de renda e contribuição social**-A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$ 240 anual, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. **K. Provisões**-Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **4-Clientes**-Obras próprias Consórcios

5-Créditos e Valores - Estão representados basicamente por ações de cobrança, de liquidação de sentença e de indenização, ocorridos em contratos com órgãos públicos, com reivindicação de ressarcimento dos custos incorridos nos referidos contratos, amparado nas condições contratuais e na avaliação jurídica de nossos advogados.

6 - Imobilizado - % taxas anuais de depreciação

	2023	2022
Máquinas e equipamentos	10, 20 e 25	41, 197 e 41, 140
Veículos	20	215 e 211
(-) Depreciação	(8.783)	(4.620)
	32.629	36.731

7-Intangível - O intangível está composto pelo valor do Acervo Técnico correspondente aos Certificados de Atestado Técnico-CAT, do período de 1969-2016, referentes a obras de aeroportos, canais e rios, corredor de ônibus, edificações e obras de arte, energia (centrais hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas), ferrovias, instalações industriais, metrôvias, pipelines (minerodutos, oleodutos e gasodutos), portos, rodovias (implantação, manutenção e conservação), sistemas viários (pontes, viadutos e túneis), saneamento (água e esgoto) e urbanização. A avaliação do acervo técnico foi estabelecida a partir do Valor Econômico da Empresa, pelo método do fluxo de caixa descontado. Referidos estudos foram elaborados por empresa de avaliação independente que apurou o valor de R\$ 244.541 em 2018, posteriormente incrementado por R\$ 10.859 em 2020 e R\$ 7.550 em 2021, os quais foram utilizados para aumento de capital da Companhia pela sua controladora Constran S.A. Construções e Comércio - Em Recuperação Judicial.

8 - Salários e Valores e Contribuições a Recolher

	2023	2022
Salários e encargos	1.199	1.705
Impostos sobre a receita	258	235
Encargos sociais	531	488
Salários a pagar	490	548
Total	2.478	2.976

9 - Parcelamento de Tributos - A Companhia aderiu aos parcelamentos na Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para débitos de imposto de renda, contribuição social, débitos previdenciários e não previdenciários. **10-Conta Corrente Consórcios** - Os saldos referem-se às operações com consórcios os quais a Companhia participa, e são relativos a aportes e devoluções de recursos, locação de equipamentos e reembolso de despesas. A Companhia participa com 50% no Consórcio Lapa Pirituba para construção de viaduto ligando os bairros da Lapa à Pirituba sobre o Rio Tietê, na cidade de São Paulo. Em dezembro de 2022, a Companhia substituiu sua controladora Constran S/A Construções e Comércio no Consórcio Constran-EIT-Rochdale, contratado para execução de obras de urbanização, pavimentação, drenagem e obras de artes especiais em Osasco/SF, com participação de 55% no referido consórcio. Vide nota 15. **11-Partes Relacionadas**-Representados por contratos de mútuo entre empresas do grupo, mantido o registro pelo valor de custo, sem atualização monetária e prazo de vencimento.

Empresas	2023	Ativo	2022
Transmix Engenharia Ind e Com AS	31.376	31.376	-
Constran S.A. Construções e Comércio	2.503	-	-
	33.879	31.376	-

Empresas	2023	Passivo	2022
Constran S.A. Construções e Comercio	7.518	7.518	-

12 - Patrimônio Líquido - O Capital Social é de R\$ 457.669 (R\$ 453.007 em 2022) representado por 457.669.364 ações ordinárias nominativas (453.007.294 em 2022) no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado. Em 29 de novembro de 2023, a controladora Constran S.A. Construções e Comércio integralizou capital no montante de R\$ 4.662.070,00 com créditos devedores contra a Companhia.

13-Receita Operacional Líquida - Mercado interno (21.006) (13.786) Impostos Incidenciais (1.752) (1.275) **Receita operacional líquida** 19.254 12.511 **Despesas administrativas** (6.084) (6.212) **Total** (26.807) (13.962)

14 - Demonstração do Resultado por Natureza - Custo das vendas e dos serviços prestados (20.723) (7.770) Despesas administrativas (6.084) (6.212) **Total** (26.807) (13.982)

Despesas com pessoal (5.268) (2.458) Custos com material de aplicação e revenda (317) (1.581) Custos dos serviços de terceiros e subempreiteira (16.457) (2.462) Outros custos e despesas (615) (2.597) Encargos de depreciação (4.150) (4.884) **Total** 26.807 (13.982)

15 - Ganho de Capital - Refere-se, em 2022, ao ganho gerado pelo ingresso da Companhia no Consórcio Constran - EIT- Rochdale, ocorrida em dezembro de 2022, com 55% de participação, nos termos da 4ª. alteração do instrumento particular de

constituição do referido consórcio, registrado em 16/12/2022. Vide nota 10. **16 - Imposto de renda diferido** - A Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa da CSLL acumulada de R\$ 25.894 Refere-se em 31 de dezembro de 2023. Nos termos da NBC TG 32, a base negativa da CSLL e prejuízo fiscal do IRPJ podem ser lançadas na contabilidade como um direito e uma receita desde que haja possibilidade de aproveitamento no futuro. A Companhia, entende, em razão de estudos de receitas, custos e despesas projetadas, que terá lucros suficientes que permitirão a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social apurados nesse exercício, como em anos anteriores.

	2023	
Base ativa:		
Base negativa e prejuízo fiscal	25.894	
Alíquota efetiva	34%	
IRPJ e CSLL diferidos	8.804	

17 - Cobertura de Seguros (não auditados) - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **18- Instrumentos Financeiros** - Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue: **a)** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices ("swaps") ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos e não possuía contratos em moeda estrangeira. **b)** A Companhia não está exposta a taxas de juros flutuantes, visto não haver financiamentos vigentes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na maioria, vinculadas à variação do CDI. **c)** Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e contas a receber. **d)** Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por contas a receber, fornecedores e obrigações tributárias, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. **19 - Eventos Subsequentes** - A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Base ativa:

	2023	
Alíquota efetiva	34%	
IRPJ e CSLL diferidos	8.804	

17 - Cobertura de Seguros (não auditados) - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **18- Instrumentos Financeiros** - Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue: **a)** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices ("swaps") ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos e não possuía contratos em moeda estrangeira. **b)** A Companhia não está exposta a taxas de juros flutuantes, visto não haver financiamentos vigentes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na maioria, vinculadas à variação do CDI. **c)** Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e contas a receber. **d)** Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por contas a receber, fornecedores e obrigações tributárias, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. **19 - Eventos Subsequentes** - A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Base ativa:

	2023	
Alíquota efetiva	34%	
IRPJ e CSLL diferidos	8.804	

17 - Cobertura de Seguros (não auditados) - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **18- Instrumentos Financeiros** - Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue: **a)** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices ("swaps") ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos e não possuía contratos em moeda estrangeira. **b)** A Companhia não está exposta a taxas de juros flutuantes, visto não haver financiamentos vigentes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na maioria, vinculadas à variação do CDI. **c)** Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e contas a receber. **d)** Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por contas a receber, fornecedores e obrigações tributárias, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. **19 - Eventos Subsequentes** - A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Base ativa:

	2023	
Alíquota efetiva	34%	
IRPJ e CSLL diferidos	8.804	

17 - Cobertura de Seguros (não auditados) - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **18- Instrumentos Financeiros** - Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue: **a)** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices ("swaps") ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos e não possuía contratos em moeda estrangeira. **b)** A Companhia não está exposta a taxas de juros flutuantes, visto não haver financiamentos vigentes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na maioria, vinculadas à variação do CDI. **c)** Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e contas a receber. **d)** Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por contas a receber, fornecedores e obrigações tributárias, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. **19 - Eventos Subsequentes** - A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Base ativa:

	2023	
Alíquota efetiva	34%	
IRPJ e CSLL diferidos	8.804	

17 - Cobertura de Seguros (não auditados) - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **18- Instrumentos Financeiros** - Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue: **a)** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices ("swaps") ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos e não possuía contratos em moeda estrangeira. **b)** A Companhia não está exposta a taxas de juros flutuantes, visto não haver financiamentos vigentes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na maioria, vinculadas à variação do CDI. **c)** Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e contas a receber. **d)** Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por contas a receber, fornecedores e obrigações tributárias, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. **19 - Eventos Subsequentes** - A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Base ativa:

	2023	
Alíquota efetiva	34%	
IRPJ e CSLL diferidos	8.804	

17 - Cobertura de Seguros (não auditados) - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **18- Instrumentos Financeiros** - Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue: **a)** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices ("swaps") ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos e não possuía contratos em moeda estrangeira. **b)** A Companhia não está exposta a taxas de juros flutuantes, visto não haver financiamentos vigentes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na maioria, vinculadas à variação do CDI. **c)** Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e contas a receber. **d)** Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por contas a receber, fornecedores e obrigações tributárias, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. **19 - Eventos Subsequentes** - A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Base ativa:

	2023	
Alíquota efetiva	34%	
IRPJ e CSLL diferidos	8.804	

17 - Cobertura de Seguros (não auditados) - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **18- Instrumentos Financeiros** - Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue: **a)** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices ("swaps") ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos e não possuía contratos em moeda estrangeira. **b)** A Companhia não está exposta a taxas de juros flutuantes, visto não haver financiamentos vigentes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na maioria, vinculadas à variação do CDI. **c)** Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e contas a receber. **d)** Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por contas a receber, fornecedores e obrigações tributárias, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. **19 - Eventos Subsequentes** - A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Base ativa:

	2023	
Alíquota efetiva	34%	
IRPJ e CSLL diferidos	8.804	

17 - Cobertura de Seguros (não auditados) - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **18- Instrumentos Financeiros** - Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue: **a)** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices ("swaps") ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos e não possuía contratos em moeda estrangeira. **b)** A Companhia não está exposta a taxas de juros flutuantes, visto não haver financiamentos vigentes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na maioria, vinculadas à variação do CDI. **c)** Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e contas a receber. **d)** Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por contas a receber, fornecedores e obrigações tributárias, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. **19 - Eventos Subsequentes** - A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Base ativa:

	2023	
Alíquota efetiva	34%	
IRPJ e CSLL diferidos	8.804	

17 - Cobertura de Seguros (não auditados) - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **18- Instrumentos Financeiros** - Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue: **a)** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices ("swaps") ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos e não possuía contratos em moeda estrangeira. **b)** A Companhia não está exposta a taxas de juros flutuantes, visto não haver financiamentos vigentes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na maioria, vinculadas à variação do CDI. **c)** Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e contas a receber. **d)** Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por contas a receber, fornecedores e obrigações tributárias, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. **19 - Eventos Subsequentes** - A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Base ativa:

	2023	
Alíquota efetiva	34%	
IRPJ e CSLL diferidos	8.804	

17 - Cobertura de Seguros (não auditados) - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **18- Instrumentos Financeiros** - Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue: **a)** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices ("swaps") ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos e não possuía contratos em moeda estrangeira. **b)** A Companhia não está exposta a taxas de juros flutuantes, visto não haver financiamentos vigentes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na maioria, vinculadas à variação do CDI. **c)** Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e contas a receber

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2024

Data, Hora e Local: No dia 08 de maio de 2024, às 09:00 (nove horas), na modalidade semipresencial, e assim considerada realizada na sede social da **GPS Participações e Empreendimentos S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("**Companhia**" ou "**GPS**"). **Presenças:** Presentes os membros titulares do Conselho de Administração da Companhia ("**CA-GPS**"), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Piero Paolo Picchioni Minardi, Otavio Yazbek, Roberto Lopes Pontes Simões e a Conselheira Suplente, senhora Fernanda Didier Nascimento Pedreira, nos exatos termos da previsão contida no parágrafo 6º do artigo 15 do Estatuto Social da GPS e do parágrafo 2º do artigo 5º do Regimento Interno do CA-GPS, os quais participaram remotamente, nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do CA-GPS. Presentes ainda, o Conselheiro Titular, senhor Marcos Luiz Abreu de Lima e o Conselheiro Suplente, senhor Luis Carlos Martinez Romero, ambos na sede social da Companhia. Foi registrada também a presença, como convidado, do membro do Comitê de Auditoria da GPS ("**COAUD-GPS**"), a saber, senhor Daniel Abraham Loria, especificamente para apoio às discussões relativas à PD.CA_GPS-012-2024, descrita na Ordem do Dia da presente reunião. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. **Ordem do Dia: I – PD.CA_GPS-012-2024:** exame, discussão, votação e aprovação das informações contábeis trimestrais contidas no formulário de informações trimestrais – ITR da Companhia referente ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2024 ("Informações Financeiras 1T2024"), acompanhadas do relatório de revisão limitada dos auditores independentes da Companhia e dos comentários de desempenho do referido trimestre. **II – PD.CA_GPS-013-2024:** a) análise, deliberação e aprovação da proposta de indicação, reeleição e investidura no cargo dos Membros da Diretoria da Companhia para um novo mandato unificado de 3 (três) anos, que se iniciará em 08 de maio de 2024 e terminará na primeira Reunião Ordinária do CA-GPS ("RCO_CA-GPS") imediatamente posterior à Assembleia Geral da GPS que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026 ("DFs 2026"). **Discussões e Deliberações:** iniciada a reunião, passou-se à análise e discussão da matéria constante da **PD.CA-GPS-012-2024**, e, após as apresentações, discussões e esclarecimentos que se fizeram necessários, os Conselheiros decidiram **aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas**, as Informações Financeiras 1T2024, acompanhadas do relatório de revisão limitada dos auditores independentes da Companhia e dos comentários de desempenho do referido trimestre – conforme referidos documentos de suporte previamente disponibilizados no Portal do CA-GPS. Na sequência, relativamente à **PD.CA_GPS-013-2024**, os Conselheiros decidiram **aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas**, a proposta consistente da indicação, reeleição e investidura no cargo dos Membros da Diretoria da Companhia para um novo mandato unificado de 3 (três) anos, com início em 08 de maio de 2024 e término na primeira RCO_CA-GPS imediatamente posterior à Assembleia Geral da GPS que deliberar sobre a aprovação das DFs 2026, a saber Sr(a)s: (a) **Luis Carlos Martinez Romero**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade ("RG") nº 3.284.691 SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 443.874.405-97, para o cargo de **Diretor Presidente**; (b) **Maria Elsa Alba Bernhoft**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora do RG nº 19.519.975-3 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 116.955.328-13, para o cargo de **Diretora de Relações com Investidores**; (c) **Marcelo Niemeyer Hampshire**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador do RG nº 597.875-0 MM/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.440.607-47, para o cargo de **Diretor Corporativo**; (d) **Guilherme Nascimento Robertella**, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 28.601.644-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 287.193.388-05, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica**; (e) **Cláudio Petruz**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 10.773.302X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.964.368-04, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica**; e (f) **Gustavo Vianna Otto**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador do RG nº 604.559-6 – MM/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 082.200.817-32, para o cargo de **Diretor de Operações**. Ato contínuo, restou deliberado que os Membros da Diretoria reeleitos serão empossados em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse a serem lavrados em livro próprio. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os Senhores Conselheiros deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinaturas. São Paulo, 08 de maio de 2024. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho; Marcos Luiz Abreu de Lima; Piero Paolo Picchioni Minardi; Otavio Yazbek; Roberto Lopes Pontes Simões; e Fernanda Didier Nascimento Pedreira. (confere com o original lavrado em livro próprio). **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente; **Cláudio Petruz** – Secretário.

Athena Saúde Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 31.701.408/0001-14 – NIRE 35.300.522.681

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

O Conselho de Administração da **Athena Saúde Brasil S.A.** ("**Companhia**"), vem, pelo presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das S.A.**"), convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, em 27 de maio de 2024, às 18h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência Zoom, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("**IN DREI 81**"), nos termos do art. 124, § 2º da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) consignar a renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) aprovar a eleição de novo membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, bem como ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) a autorização aos administradores da Companhia para realizarem todos os atos necessários para a efetivação das matérias constantes da ordem do dia. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ri@athenasaudede.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; e (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. As informações relativas às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 18 de maio de 2024. **Ana Teresa do Amaral Meirelles** – Presidente do Conselho de Administração. (18, 21 e 22/05/2024)

Brantford Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ/MF nº 55.006.950/0001-15

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima

Data, hora e forma: 15/04/2024, às 08:00 horas, em São Paulo-SP, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8501, Pinheiros, 17º andar, Ed. Eldorado Business Tower, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da Companhia. Convocação e Presença: Dispensada, face à presença da totalidade dos subscritores fundadores. **Mesa:** **Presidência:** Otávio Luiz Sinhorini; **Secretária:** Rejaine Cristina de Abreu Sinhorini. **Deliberações:** (i) Foi aprovado, por unanimidade, o Estatuto Social, motivo pelo qual esclareceu o Sr. Presidente, que tendo sido completadas todas as formalidades legais estava definitivamente constituída a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **Brantford Empreendimentos e Participações S/A**; (ii) Foram constatadas terem sido subscritas, em sua totalidade as **10.000 ações ordinárias**, sem valor nominal, no valor total de R\$ 10.000,00; (iii) A seguir, por unanimidade, foi eleito como membro da Diretoria, para o cargo de **Diretor** e mandato inicial até a próxima AGO o Sr. **Otávio Luiz Sinhorini**, que declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ficando assim, empossados e investidos dos poderes para exercer as funções para as quais foram eleitos. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente. Encerramento: Nada mais a tratar. São Paulo/SP, 15/04/2024. **Mesa:** Otávio Luiz Sinhorini – Presidente; **Rejaine Cristina de Abreu Sinhorini** – Secretária. **Acionistas Fundadores:** Otávio Luiz Sinhorini CPF: 070.445.168-90; **Rejaine Cristina de Abreu Sinhorini** CPF: 184.447.128-41. Visto do Advogado: Sérgio Henrique F. Vicente OAB/SP 101.599. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.637.224 em 06/05/2024. **Maria Cristina Frei** – Secretária Geral.

DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 – NIRE 43.300.002.756 – Sociedade de Capital Aberto

Assembleia Geral Extraordinária – Edital de Convocação

Pelo presente são convidados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("**AGE**"), a ser realizada no dia 27/05/2024, às 15h00min, de modo **exclusivamente digital** por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, podendo os Acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** i. Inclusão do CNAE secundário 4761-0/01 no CNPJ da Companhia, correspondente ao comércio varejista de livros virtuais; ii. Alteração do Art. 3º do Estatuto Social; iii. Consolidação do Estatuto Social e, iv. Autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários à alteração do Objeto Social da Companhia. **Informações Gerais:** (i) Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGE, poderão ser solicitados à Companhia, através do e-mail controladoria@vocedm.com.br; (ii) A AGE será instalada, nesta 1ª convocação, com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e (iii) Os Acionistas poderão participar da AGE, em primeira convocação, de forma exclusivamente digital, nos termos descritos abaixo. **Manual de Participação:** Os Acionistas poderão participar da AGE: (i) pessoalmente; ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído. Aos Acionistas que decidirem participar e votar na AGE através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de solicitação à Companhia, juntamente com a documentação de comprovação de sua qualidade como Acionista, através do e-mail dminancaira@vocedm.com.br, aos cuidados da Diretoria de RI. A comprovação da condição de Acionista deverá ocorrer, mediante a apresentação de: (i) documento de identidade com foto; (ii) instrumento de mandato para representação do Acionista por procurador; e (iii) quando necessário, comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, pelo menos, 5 dias úteis antes da AGE e depositado na sede da Companhia e/ou enviado digitalizado, no máximo, 2 dias úteis antes da AGE. A Companhia esclarece que os Acionistas deverão depositar os respectivos documentos mencionados na sede da Companhia, em até 2 dias úteis antes da data de realização da AGE. Caso o Acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGE, a Companhia enviará, a endereço de e-mail indicado pelo Acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma aos Acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intrasferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. São José dos Campos, 06/05/2024. **Carlos Antonio Tamaki** – Presidente do Conselho de Administração da Companhia; **Tharik Camocardi de Moura** – Diretor de Relações com Investidores. (07, 17 e 20/05/2024)

Este edital cancela e substitui o anteriormente publicado.

Indústria Química Kimberlit Ltda.

CNPJ/ME nº 61.167.060/0001-98 – NIRE 35.208.801.226

Edital de Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos

A **Indústria Química Kimberlit Ltda.** ("**Emitente**"), convoca os titulares das notas comerciais ("**Titulares de Notas Comerciais**"), emitidas no âmbito da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Indústria Química Kimberlit Ltda. ("**Notas Comerciais**") e "**Emissão**", respectivamente, a reunirem-se em Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 10.1. do "**Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Indústria Química Kimberlit Ltda.**" datado de 23 de março de 2022, conforme aditado ("**Termo de Emissão**"), celebrado entre a Emitente e a **Pentagon S.A.** Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("**Agente Fiduciário**"), a ser realizada de **forma exclusivamente digital**, através do sistema eletrônico **Google Meet**, com o link de acesso a ser encaminhado pela Emitente aos Titulares de Notas Comerciais habilitados, em primeira convocação, no dia **27 de maio, às 11:00 horas**, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), sendo considerada como realizada na sede da Emitente, na cidade do Olimpia/SP, na Rodovia Assis Chateaubriand, CEP: 15409-899, e tendo como objeto a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovação para a concessão de waiver e consequentemente a não declaração de vencimento antecipado não automático da Emissão, em decorrência do descumprimento, pela Emitente, dos Índices Financeiros previstos na cláusula 5.2.1 item (xviii) do Termo de Emissão, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Aprovação para alteração dos critérios dos Índices Financeiros, previstos na cláusula 5.2.1 (xviii) item (a) do Termo de Emissão, sendo certo que, em caso de aprovação, serão apurados os índices financeiros consolidados do grupo utilizando dados das empresas Indústria Química Kimberlit Ltda, Bionat Soluções Biológicas Ltda e Loyder Indústria de Aditivos e Fertilizantes Ltda, conforme abaixo: a. **2024:** Dívida Líquida / EBITDA > 4,00x; b. **2025:** Dívida Líquida / EBITDA > 3,50x; c. **2026:** Dívida Líquida / EBITDA > 3,00x e d. **2027:** Dívida Líquida / EBITDA > 2,80x. (iii) Aprovação para que, excepcionalmente, caso a Emitente não mantenha os índices financeiros na forma estabelecida nos subitens (a) e (b) abaixo, seja previsto o limite de distribuição de Dividendos, Juros sobre Capital Próprio ou Mútuo da Emitente em valor de até R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) corrigidos a IPCA ("**Índice Financeiro Dividendos**"); a. **2024:** Dívida Líquida / EBITDA > 2,50x; b. **2025 e 2026:** Dívida Líquida / EBITDA > 2,00x. (iv) Aprovação para inclusão do item (xxv) na cláusula 7.1. do Termo de Emissão com a finalidade de prever a obrigação de apuração dos Índices Financeiros de forma trimestral, de modo que, em caso de aprovação, o referido item passará a vigorar com a seguinte redação: "**(xxv) Realizar a apuração dos Índices Financeiros de forma trimestral pela Emitente com a validação do Agente Fiduciário, sem que eventual desenquadramento dos indicadores acima configure um Evento de Vencimento Antecipado;**" (v) Aprovar a inclusão do item (xxvi) na cláusula 7.1. do Termo de Emissão, para que a auditoria seja realizada por uma das seguintes empresas a partir do exercício de 2025: KPMG, Ernst Young, Deloitte, PricewaterhouseCoopers (PwC), Grant Thornton, ou BDO, de modo que, em caso de aprovação, o referido item passará a vigorar com a seguinte redação: "**(xxvi) Submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, a auditor registrado na CVM, a ser realizada por uma das seguintes empresas: KPMG, Ernst Young, Deloitte, PricewaterhouseCoopers (PwC), Grant Thornton, ou BDO a partir do exercício de 2025.**" (vi) Aprovar a inclusão de uma nova garantia de penhor de estoque de insumos ("**Contrato de Penhor de Estoque de Insumos**") que compreende macro nutrientes granulados do complexo NPK, micro e macro nutrientes e sais minerais em razão mínima de 20% (vinte por cento), no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da eventual aprovação em Assembleia; e (vii) Autorização à Emitente e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias incluídas nesta ordem do dia, incluindo, mas não se limitando à celebração do 2º Aditamento ao Termo de Emissão e do Contrato de Penhor de Estoque de Insumos, no prazo de 60 dias contados da realização da Assembleia. A Assembleia será realizada de forma digital através do sistema eletrônico **Google Meet**, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emitente a quem os Titulares de Notas Comerciais que enviarem para o endereço eletrônico ri@essere.group e para assemleias@pentagontrustee.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma da Resolução CVM 81, os seguintes documentos: (i) Pessoa física: documento de identidade válido com foto dos Titulares de Notas Comerciais (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) Pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal dos Titulares de Notas Comerciais; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iii) Fundo de investimento: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. (iv) Caso qualquer um dos Titulares de Notas Comerciais indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. A Emitente permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Titulares de Notas Comerciais no que diz respeito a presente convocação e da Assembleia. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. Olimpia, 16 de maio de 2024. **Indústria Química Kimberlit Ltda.** (17, 20 e 21/05/2024)

Cotação das moedas

Libra (Inglaterra) - 6,498
Peso (Argentina) - 0,005771
Peso (Chile) - 0,00571
Peso (México) - 0,3078
Peso (Uruguai) - 0,1319
Yuan (China) - 0,7082
Coroa (Suécia) - 0,4775
Dólar (EUA) - 5,1157
Franco (Suíça) - 5,6353
Iene (Japão) - 0,03289
Libra (Inglaterra) - 6,498
Peso (Argentina) - 0,005771
Peso (Chile) - 0,00571
Peso (México) - 0,3078
Peso (Uruguai) - 0,1319
Yuan (China) - 0,7082
Rublo (Rússia) - 0,05617
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5613

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 5,1151 / R\$ 5,1157 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,0999 / R\$ 5,1019 *
Turismo - R\$ 5,1422 /
R\$ 5,3222
(* cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: -0,54

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: −0,10%
Pontos: 128.150
Volume financeiro:
R\$ 23,975 bilhões
Majores altas: 3R PETRO-
LEUM ON (7,14%), JBS
ON (2,60%), Embracra ON
(2,30%)
Majores baixas: Gerdau
PN (-2,54%), Klabin S.A
UNT (-2,25%), EZTEC
ON (-2,15%)

S&P 500 (Nova York):
0,12%
Dow Jones (Nova York):
0,34%
Nasdaq (Nova York):
-0,07%
CAC 40 (Paris): -0,26%
Dax 30 (Frankfurt):
-0,18%
Financial 100 (Londres):
-0,22%
Nikkei 225 (Tóquio):
-0,34%
Hang Seng (Hong Kong):
0,91%
Shanghai Composite
(Xangai): 1,01%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 1,03%
Merval (Buenos Aires):
-0,95%
IPC (México): 0,21%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%

Negócios

Presidente do iFood deixa cargo após 5 anos para liderar grupo global de tecnologia



Após cerca de cinco anos à frente do iFood, Fabrício Bloisi está de saída da companhia brasileira de entregas de restaurantes e supermercados para assumir a liderança da companhia global de tecnologia Prosus.

No lugar dele ficará Diego Barreto, que está na companhia desde 2018 na função de diretor financeiro e vice-presidente de Estratégia.

Bloisi é fundador da Movile, empresa brasileira que faz investimentos de longo prazo em companhias de tecnologia e que tem participação no iFood. A Prosus, por sua vez, é um grupo global de internet, além de um dos maiores investidores em tecnologia no mundo.

Com sede em Amsterdã, na Holanda, e focada em setores como delivery de alimentos, classificados online, fintech e educação, a companhia investe na Movile desde 2013. Com presença em 100 países de cinco continentes, a empresa possui mais de 2 bilhões de clientes que usam seus produtos e serviços.

A Prosus é investidora relevante de empresas como Tencent, Meituan, OLX e Delivery Hero. No Brasil, além da Movile, investe também na Kovi, Credits e Sympla.

Bloisi também assumirá a presidência da Naspers, um conglomerado global de consumo de internet que atua através da Prosus e tem sede na África do Sul.

“O iFood foca em inovação e disciplina, que combi-

nado com nossas pessoas excepcionais, conhecimento e cultura, tem sido uma receita comprovada de sucesso. Essa combinação está no meu DNA e estou animado para trazê-la para o meu novo papel como CEO da Prosus e Naspers”, disse Bloisi por meio de nota.

Já o novo presidente do iFood, Diego Barreto, estava no Movile desde 2016 e no iFood desde 2018. Também em nota, Barreto diz que dará continuidade ao plano de crescimento e inovação traçado pela gestão anterior.

“São seis anos trabalhando ao lado do Fabrício, compartilhando sua visão de futuro, importantes decisões e contribuindo para a consolidação da cultura do iFood”, afirma.

Stéfanie Rigamonti/Folhapress

Polishop pede recuperação judicial e declara R\$ 352 milhões em dívidas

A rede varejista Polishop apresentou à Justiça de São Paulo seu pedido de recuperação judicial, no qual declara ter R\$ 352 milhões em dívidas.

No início de abril, a empresa tinha conseguido antecipar os efeitos do processo de recuperação para barrar vencimento de dívidas e execuções que, segundo seus advogados, poderiam resultar na liquidação de seu patrimônio.

A Polishop disse que aguarda a homologação do pedido para se pronunciar sobre o assunto.

Se o juiz aceitar o pedido, a empresa terá 60 dias para apresentar o plano de recuperação judicial, no qual detalha como pagará suas dívidas trabalhistas, com fornecedores e com bancos.

A Polishop chegou a ter 280 lojas físicas, a maioria delas em shoppings, que eram combinadas ao ecommerce. Desde 2021, após o baque da pandemia sobre o comércio varejista, a companhia ini-

ciou um plano de reorganização que previa a redução no número de lojas próprias e a ampliação das fraqueadas.

Segundo o pedido de recuperação encaminhado à 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo, a empresa tem hoje 58 pontos físicos e está sob o risco de despejo em 17 endereços.

No ano passado, a Polishop tinha 120 lojas, muitas delas sob risco de despejo. Como a Folha de S.Paulo mostrou à época, shoppings da Grande São Paulo, do ABC e do interior foram à Justiça para retomar seus imóveis diante da inadimplência da varejista.

No pedido de recuperação judicial, a Polishop diz ter chegado a ter receita anual de R\$ 1,2 bilhão. A empresa diz ter sido afetada pelos fechamentos do comércio durante o controle da pandemia de Covid-19 e, em seguida, pela alta dos juros, que tornou o crédito mais caro.

Fernanda Brigatti/Folhapress



Concorrente de Assaí e GPA, Grupo Mateus cresce na contramão da crise



Em 1986, no auge do Plano Cruzado, os preços nas prateleiras estavam congelados e a inflação artificialmente controlada. A população esperançosa, em poucos meses a seleção brasileira de Telê Santana disputaria a Copa do México como uma das favoritas e o PMDB, partido do presidente José Sarney, elegeria 22 dos 23 governadores na esteira do então bem-sucedido plano econômico. Enquanto isso, na cidade maranhense de Balsas, naquela época com apenas 23 mil habitantes, Ilson Mateus Rodrigues, com 22 anos, resolveu abrir um armazém.

Com sua história forjada nas calçadas do município de Imperatriz (MA) como engraxate, torneiro mecânico, garimpeiro e vendedor de

cachaça, Mateus deu início a uma jornada que mudaria sua vida e a de muitos outros. Em uma modesta mercearia de apenas 50 metros quadrados, ele plantou as sementes de um império. Com uma visão empreendedora aguçada, transformou aquele pequeno estabelecimento em uma das maiores redes de varejo do País.

Em maio deste ano, 38 anos depois, o Grupo Mateus publicou em seu balanço:

- um lucro líquido de R\$ 238 milhões nos três primeiros meses do ano,
- enquanto o faturamento do grupo totalizou R\$ 7,4 bilhões no período,
- aumentando 25,8% em um ano.

Hoje, o grupo tem:

- mais de 40 mil funcionários,

- 261 lojas,
- e valor de mercado de R\$ 17,7 bilhões.

Ilson Mateus, que poderia ir descansar, desafia a crise do varejo e cresce cada dia mais. Foram três novas lojas somente em 2024, somadas às 20 abertas em 2023.

Os analistas do Itaú BBA afirmaram que os resultados da empresa ficaram acima das projeções da equipe, destacando a eficiência do atacarejo, que melhorou 33% em um ano, e do crescimento das vendas. Outro ponto destacado foi a margem bruta, que aumentou três pontos percentuais, para 22,3%. “Os investidores estavam céticos em relação aos resultados, considerando os desafios fiscais para o ano”, afirmou o relatório do BBA.

IstoéDinheiro